

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO



PROGRAMA DE ENSINO

— DA —

1.^a A 4.^a CADEIRAS

— DO —

3.^o ANO



APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1959



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO



PROGRAMA DE ENSINO

— DA —

1.^a A 4.^a CADEIRAS

— DO —

3.^o ANO



APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1959

1.^a CADEIRA DO 3.^o ANO

DIREITO CIVIL

Obrigações

Parte Especial

1. Dos contratos: — princípios gerais e desenvolvimento histórico.
2. Dos requisitos dos contratos.
3. Da formação e da interpretação dos contratos.
4. Da classificação dos contratos.
5. Dos efeitos dos contratos. Da revisão dos contratos. Da cláusula *rebus sic stantibus* e da teoria da imprevisão.
6. Das estipulações em favor de terceiro.
7. Das arras: espécies e efeitos.

8. Dos vícios redibitórios.
9. Da evicção.
10. Da compra e venda e da troca.
11. Das cláusulas especiais à compra e venda: — retrovenda, venda a contento, preempção ou preferência, pacto de melhor comprador e pacto comissório.
12. Do *pactum reservati dominii*.
13. Da doação.
14. Da locação de cousas.
15. Da locação de prédios.
16. Da locação de serviços.
17. Da empreitada.
18. Do empréstimo: — comodato e mútuo.
19. Do depósito.
20. Do mandato.
21. Da gestão de negócios.
22. Da edição e da representação dramática.

23. Da sociedade.
24. Da parceria rural.
25. Da constituição de renda.
26. Do seguro.
27. Do jôgo e da aposta.
28. Da fiança.
29. Da caução.
30. Da transação.
31. Da declaração unilateral de vontade.
32. Dos títulos ao portador.
33. Da promessa de recompensa.
34. Das obrigações por atos ilícitos.
35. Da responsabilidade baseada na culpa.
36. Da responsabilidade baseada no risco.
37. Da responsabilidade extracontratual.
38. Da exoneração de responsabilidade.

39. Da reparação do dano.
40. Da liquidação das obrigações por atos ilícitos.
41. Do abuso de direito.
42. Do enriquecimento indevido.
43. Do pagamento indevido.
44. Do concurso de credores: privilégios creditórios.

Observação: — O presente programa será explicado em
mais de 60 aulas

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Janeiro
de 1952

Prof. Abgar Soriano de Oliveira
Catedrático

2.^a CADEIRA DO 3.^o ANO

DIREITO PENAL

1. Classificação dos crimes. Critério adotado no Código Penal Brasileiro.
2. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Homicídio.
3. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
4. Infanticídio.
5. Abôrto
6. Lesões corporais.
7. Periclitacão da vida e da saúde. Perigo de contágio venéreo. Perigo para a vida ou saúde de outrem.
8. Abandono de incapaz. Exposição ou abandono de recém-nascido. Omissão de socorro. Maus tratos.
9. Rixas.
10. Crimes contra a honra.

11. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra a liberdade pessoal.
12. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio.
13. Crimes contra a inviolabilidade de correspondência.
14. Crimes contra a inviolabilidade dos segredos.
15. Crimes contra o patrimônio. Furto.
16. Roubo.
17. Extorsão.
18. Usurpação.
19. Dano.
20. Apropriação indébita.
21. Estelionato e outras fraudes.
22. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a propriedade intelectual.
23. Crimes contra o privilégio de invenção.
24. Crimes contra as marcas de indústria e comércio.
25. Crimes de concorrência desleal.
26. Crimes contra a organização do trabalho.
27. Crimes contra o sentimento religioso.

28. Crimes contra o respeito aos mortos.
29. Crimes contra os costumes. Crimes contra a liberdade sexual. Estupro e atentado violento ao pudor.
30. Posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude.
31. Sedução e corrupção de menores.
32. Rapto.
33. Lenocínio e tráfico de mulheres.
34. Ultraje público ao pudor.
35. Crimes contra a família. Crimes contra o casamento. Bigamia. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento. Conhecimento prévio de impedimento. Simulação de autoridade para celebração de casamento. Simulação de casamento.
36. Adultério.
37. Crimes contra o estado de filiação.
38. Crimes contra a assistência familiar.
39. Crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela.
40. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes de perigo comum.

41. Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.
42. Crimes contra a saúde pública.
43. Crimes contra a paz pública.
44. Crimes contra a fé pública. Moeda falsa.
45. Falsidade de títulos e outros papéis públicos.
46. Falsidade documental e outras falsidades.
47. Crimes contra a administração pública. Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral. Peculato.
48. Concussão. Excesso de exação.
49. Corrupção passiva. Facilitação de contrabando ou descaminho.
50. Prevaricação e outros crimes praticados por funcionários públicos contra administração em geral.
51. Crimes praticados por particular contra a administração em geral. Usurpação de função pública. Resistência. Desobediência. Desacato.
52. Exploração de prestígio. Corrupção ativa. Contrabando ou descaminho. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência. Inutilização de edital ou sinal. Subtração ou inutilização de livro ou documento.

53. Crimes contra a administração da justiça. Denúncia caluniosa. Comunicação falsa de crimes ou de contravenção. Auto-acusação falsa. Falso testemunho ou falsa perícia.
54. Coação no curso do processo. Exercício arbitrário das próprias razões. Fraude processual. Favorecimento. Exercício arbitrário ou abuso de poder. Fuga de preso. Evasão mediante violência contra a pessoa. Arrebatamento de preso. Motim de preso.
55. Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório. Outros crimes contra a administração da justiça.
56. Crimes de imprensa.
57. Crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado.
58. Crimes contra a economia popular.
59. Contravenções em espécie.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Janeiro de 1959.

Prof. Ruy da Costa Antunes
Catedrático interino

(Programa do Prof. Anibal Bruno de O. Filho)



3.^a CADEIRA DO 3.^o ANO

DIREITO COMERCIAL

Capítulo I

1. Negócio jurídico: conceito.
2. Autonomia da vontade privada.
3. Negócio indireto.

Capítulo II

4. Contratos mercantis: caracteres e forma.
5. Os contratos por correspondência.
6. Efeitos do silêncio na conclusão dos contratos.
7. Os contratos de adesão.
8. A prova dos contratos mercantis.
9. A interpretação dos contratos mercantis.

Capítulo III

10. A compra e venda mercantil: natureza jurídica.
11. Atos preliminares.
12. A venda em prestações e o pacto de reserva de domínio.
13. A duplicata: natureza jurídica e aplicação dos princípios que regulam a letra de câmbio.

Capítulo IV

14. Contrato de abertura de crédito e suas modalidades.
15. Contrato de conta-corrente.

Capítulo V

16. Contrato de depósito.
17. Depósito regular e irregular.
18. Depósito bancário.
19. Depósito de mercadorias em armazens gerais.
20. Sistema e organização de armazens gerais.
21. O conhecimento de depósito e o *warrant*.

Capítulo VI

22. Contrato de transporte de mercadorias e de pessoas: natureza jurídica.

23. O conhecimento, suas modalidades. Circulação.
24. O bilhete de passagem.
25. Responsabilidade do transportador.

Capítulo VII

26. Contrato de mandato.
27. Representação.
28. Direitos e obrigações dos contratantes.
29. Forma e prova do mandato.
30. Extinção do mandato.

Capítulo VIII

31. Contrato de comissão.
32. Direitos e obrigações dos contratantes.
33. A comissão del credere.

Capítulo IX

34. Operações de garantia.
35. O penhor e a caução de títulos.

36. A fiança mercantil.

37. A retenção.

Capítulo X

38. Contrato de seguro: conceito e elementos.

39. Direitos e deveres dos contratantes.

40. O resseguro.

Capítulo XI

41. Os contratos de bolsa.

Capítulo XII

42. Prescrição em matéria comercial.

Capítulo XIII

43. A falência e suas origens. Sua filiação a institutos do Direito Romano.

44. A falência na Idade Média e nos tempos modernos. Sua caracterização definitiva.

Capítulo XIV

45. A falência e seus pressupostos. Concepções latina e germânica do instituto. Unidade e multiplicidade da falência.

46. A legislação brasileira falencial, anterior e posterior à independência, até 1889.
47. As reformas de 1890 e de 1902; regimes que estabeleceram.
48. A reforma de 1908. A reforma parcial de 1929. O Decreto-Lei 7661, de 21-6-1945.

Capítulo XV

49. A declaração judicial da falência. Motivos determinantes ou causas que dão lugar à mesma declaração. Juízo competente. Recursos contra a sentença declaratória ou denegatória da falência.
50. Pessoas sujeitas à falência: os comerciantes. Falência dos não comerciantes. Falência das sociedades: efeitos sobre as pessoas dos sócios.
51. Efeito jurídico da sentença declaratória da falência:
 - a) quanto aos direitos dos credores;
 - b) quanto à pessoa do falido;
 - c) quanto aos bens do falido;
 - d) quanto aos contratos do falido;
 - e) quanto à revogabilidade de atos praticados pelo falido, anteriormente à declaração da falência; ação revogatória.

Capítulo XVI

52. Pessoal da administração da falência: o síndico e o liquidatário(no regime anterior). Obrigações de um e de outro. Disposições legais específicas.
53. Arrecadação e guarda dos livros, papéis e bens do falido. O sistema brasileiro. Exame dos livros do falido. Continuação dos negócios do falido.

Capítulo XVII

54. Da restituição de bens.
55. Dos embargos de terceiro.

Capítulo XVIII

56. Verificação e classificação dos créditos. Impugnação de crédito e seu processo. Credores retardatário.
57. Recursos contra a admissão ou exclusão de credores. Revogabilidade da admissão ou classificação de crédito.

Capítulo XIX

58. Das concordatas: espécies. Quem pode impetrar concordata. Embargos à concordata: fundamento e processo. Rescisão.
59. Da concordata preventiva. Requisitos. Processo. Sentença e recursos.

60. Da concordata suspensiva. Momento do pedido. Concordata na falência da sociedade. Processo. Sentença e recursos.

Capítulo XX

61. Realização do ativo e liquidação do passivo.
62. Pagamento aos credores: a) da massa; b) da falência.

Capítulo XXI

63. Da extinção das obrigações do falido. Processo. Reabilitação do falido.

Capítulo XXII

64. Sentenças estrangeiras de declaração de falência: sua exequibilidades no Brasil. Exigência de sua homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

Capítulo XXIII

65. Crimes em matéria de falência. Competência. Processo.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Janeiro de 1959

Prof. Gustavo Cintra Paashaus
Contratado



4.^a CADEIRA DO 3.^o ANO

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Primeira Parte

1. Impossibilidade de uma definição precisa do Direito Internacional. Uma definição atual do Direito Internacional. Direito, Moral, Cortezia e Uso Internacionais. Divisão do Direito Internacional Público. Distinção entre Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.
2. Gênese do Direito Internacional Moderno.
3. Fontes do Direito Internacional Moderno.
4. Sujeitos do Direito Internacional Moderno.
5. Fundamento do Direito Internacional Público.
6. Direito Internacional Público e Direito Interno. Doutrinas monistas e dualistas.
7. Codificação do Direito Internacional Público.

Segunda Parte

8. Os fenômenos político-social e jurídico do Estado.
9. Estados segundo a sua estrutura. O Estado simples e o Estado composto. Associações estatais antigas: União Pessoal; União Real; União Incorporada; Confederação de Estados; Estado Federal.
10. Associação estatais de formação especial: O Império Britânico e a União Soviética.
11. Estados classificados segundo sua soberania. Estado Soberano. A vassalagem.
12. Os protetorados. Os protetorados contemporâneos.
13. Mandatos. Tutela. Territórios internacionalizados.
14. Neutralidade perpétua e neutralização.
15. Os agrupamentos regionais. A Liga dos Estados Árabes. A União Ocidental. O Pacto do Atlântico. A O.E.C.E. O Conselho da Europa. O Plano Schuman..
16. Santa Sé. A Cidade do Vaticano.
17. Nascimento dos Estados.
18. Teoria do Reconhecimento. Doutrinas Tobar, Estrada e Stimson.
19. Intervenção. Doutrinas de Calvo e de Drago.

20. Doutrina de Monroe.
21. A Sucessão dos Estados.
22. Território do Estado. Aquisição da soberania territorial. A teoria do espaço vital.
23. O território terrestre. Fronteiras. O princípio do *utirpossidetis*.
24. Nacionais do Estado.
25. Os Estrangeiros.
26. A extradição.
27. A Igualdade dos Estados. O Direito de Conservação.
28. O Alto Mar.
29. O mar territorial. A zona contígua. O mar continental.
30. Aguas interiores.
31. Os rios internacionais.
32. Estreitos e canais internacionais.
33. A Plataforma Continental Submarina.
34. O domínio aéreo.
35. O domínio polar e glaciário.

Terceira parte

36. A Sociedade das Nações.
37. A Organização das Nações Unidas. Elaboração da Carta das Nações Unidas. Composição da O.N.U.
38. O Conselho de Segurança da O.N.U. Composição e Competências.
39. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Composições. Organização. Competências.
40. O Secretário. Organização. Competências. Instituições especializadas. Evolução da O.N.U., a partir de 1946.
41. A Corte Internacional de Justiça.
42. O Panamericanismo.
43. A Organização dos Estados Americanos.

Quarta Parte

44. O Indivíduo em face do Direito Internacional. Insurretos reconhecidos como beligerantes.
45. Os Órgãos das relações internacionais. O chefe de Estado. O Ministro das Relações Exteriores.
46. Os Agentes Diplomáticos.
47. Os Cônsules.

48. O delito internacional.
49. Os tratados internacionais.

Quinta Parte

50. Prevenção da Guerra.
51. O problema do desarmamento. O Pacto de Paris (Pacto de Briand-Kellogg).
52. Da Guerra. Noção de Guerra — sanção do Direito Internacional Guerra e Agressão. Guerra e execução coletiva. Classificação das Guerras.
53. Das pessoas inimigas.
54. Da propriedade inimiga. A propriedade pública inimiga.
55. Invasão. Ocupação. Conquista.
56. Os métodos de guerra.
57. Espionagem. Traição. Quinta-comunismo.
58. Os métodos da guerra. Os bombardeios marítimos.
59. Navios corsários. Piratas. Submarinos.
60. Da guerra Aérea.
61. Sanções do Direito da Guerra.
62. Os doentes e feridos. Leis costumeiras e convencio-

nais relativas aos doentes e feridos. Formações e estabelecimentos sanitários. Os mortos.

63. Prisioneiros de Guerra. Os prisioneiros militares. Os prisioneiros civis. Os reféns.
64. Da Neutralidade. Evolução histórica da neutralidade.
65. Os direitos e os deveres dos neutros. Os direitos dos neutros. Restrições aos direitos dos neutros.
66. O bloqueio.
67. O contrabando de guerra.
68. A Assistência Hostil.
69. O direito de visita. *Navicerts*.
70. Os deveres dos neutros.
71. As perspectivas da Neutralidade.
72. Fim da Guerra.
73. A guerra total.
74. O julgamento e a punição dos criminosos de guerra. O julgamento de Nuremberg. O crime de genocídio.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Janeiro de 1959.

Prof. Mário Pessoa
Catedrático

